

Semiótica crítica: materialidades, acontecimento e micropolíticas

Alexandre Rocha da Silva

Doutor; Universidade Federal do Rio Grande do Sul
arsrocha@gmail.com

André Corrêa da Silva de Araujo

Mestrando; Universidade Federal do Rio Grande do Sul
andrecsaraujo@gmail.com

Resumo

Semiótica crítica: materialidades, acontecimento e micropolíticas têm por objetivo principal discutir a tese de que a linguagem é antes uma questão de política que de linguística. Para tanto, adota alguns procedimentos. Em primeiro lugar, caracteriza três fases do desenvolvimento da semiótica no século XX: a da descoberta, com Saussure e Peirce; a dos modelos e classificações; e a da crítica pós-estruturalista, foco deste estudo. Em segundo lugar, no âmbito desta crítica pós-estrutural, caracteriza alguns vetores que sustentam o projeto de uma semiótica crítica: as materialidades, o acontecimento e as micropolíticas. Com tais relações problematizadas, o artigo procurou demonstrar que, reformulada, a semiótica permanece uma epistemologia em movimento contínuo de autogeração, aberta a críticas que a fizeram diferenciar-se de si para responder às questões postas aos problemas da linguagem e da comunicação no tempo presente.

Palavras-chave

Semiótica crítica. Materialidades. Acontecimento. Micropolíticas. Pós-estruturalismo.

1 Introdução

O desenvolvimento da semiótica a partir do século XX parece ter ocorrido em três grandes fases: a fase da descoberta, a fase dos modelos e classificações e a fase da crítica pós-

estruturalista. Ainda que a semiótica não tenha surgido no século XX¹, é reconhecida hoje como herdeira dos pensamentos de Charles Sanders Peirce (1839-1914) e Ferdinand de Saussure (1857-1913).

Em sua primeira fase – a da descoberta –, as ideias de que não há pensamento sem signo, de que os signos crescem na semiose aumentando a razoabilidade concreta do mundo em sua busca pela verdade, de que a semiologia seria uma ciência capaz de compreender tanto os sistemas verbais como os não-verbais da comunicação humana e de que tudo no mundo são relações, sintetizam a revolução no pensamento do início do século da qual a semiótica participou ativamente.

Pela tradição norte-americana, sua crítica pragmaticista ao fundacionismo sustentada pelo falibilismo implicava não reconhecer nenhuma teoria como verdade acabada, definitiva nem atemporal. Sua adesão ao consequencialismo fazia da semiótica um ramo do evolucionismo: o significado das ações presentes está em suas consequências futuras; logo, o para onde vamos é resultado do jogo (político) de forças situado no presente. Pela tradição europeia, também a perspectiva estruturalista, ao adotar o primado da relação sobre o ser, ao compreender a exterioridade (sínica) do pensamento, ao colocar em cheque ideias como a de centro, de essência e de origem, adotando princípios hoje de senso comum como o da conectividade e o de sistema, instaurou o território fértil a partir do qual a disciplina vai se desenvolver nas décadas seguintes.

A segunda fase – a dos modelos e classificações – corresponde à institucionalização da disciplina. Associa-se às neurociências, à cibernética, às ciências da informação e informáticas, à lógica e à filosofia. Sua produtividade deriva dessas associações: ao oferecer um modelo lógico e formal, subsidia o desenvolvimento das ciências especiais configurando uma das mais importantes experiências transdisciplinares do século XX. Foi esta semiótica proposta por Peirce que nos oportunizou operar sistemicamente com a interdisciplinaridade. Mais: a semiótica de Peirce tem em seu fundamento o princípio transdisciplinar: ao operar com diferentes níveis formais de abstração, esta semiótica articula, na semiose, diferentes ciências, da matemática à metafísica, passando pela estética, a ética e a lógica.

Na tradição europeia, associa-se à literatura, à mitologia, à linguística, à antropologia, à psicanálise, à sociologia, aos estudos da cultura e da comunicação. As contribuições de Claude Lévi-Strauss, Jacques Lacan, Louis Althusser, Louis Hjelmslev, Roland Barthes, Algirdas Julien

1 Para conhecer as origens e os precursores da semiótica, sugerimos a leitura de Panorama da semiótica de Platão a Peirce, de Winfried Nöth (1995).

Greimas, Umberto Eco, Christian Metz, entre outros, oferecem o mapa desta produtividade derivada dos princípios do estruturalismo. A recriação do estruturalismo semiótico em diferentes áreas qualificou as ciências sociais que, por sua vez, também fizeram os modelos semióticos se atualizarem, se transformarem, se aperfeiçoarem e, em alguns casos, explodirem.

Reconhecemos esta segunda fase como a mais produtiva da semiótica, mas também, contemporaneamente, como a mais problemática. Mais produtiva porque criou modelos de análise e interpretação consistentes, capazes de romper com a tradição hermenêutica e humanista que até então vigia; mais problemática porque muitas pesquisas, ao partirem apenas dos modelos desconectados do seu ato de criação expressos na primeira fase, enclausuraram os modelos. A criação expressa na passagem da primeira para a segunda fase deu lugar a muitas experiências de clausura: o poder preditivo dos modelos deixou recalcado o acontecimento, a dimensão propriamente política da linguagem. A força dos modelos – tomados como ponto de partida geral, abstrato – recriava em outro nível o fundacionismo tão criticado pela semiótica da primeira fase. A análise que é também interpretação para o estruturalismo (logo, o modelo é analítico-interpretativo) parece dar lugar a uma espécie de tautologia: a experiência comunicativa é pretexto apenas para confirmar a sagacidade do modelo adotado, o qual, por sua vez, antecipadamente fala por ela, a experiência. Assim, quando deixa de criar modelos e passa a aplicá-los como na velha tradição idealista, a semiótica se autoenclausura, e perde o espaço conquistado nos anos 50 e 60. O desafio claramente observado nas obras de Barthes dos anos 70 parecia ser, então, o da retomada do prazer do texto. Paralelamente, apoiados por Deleuze e Guattari, insistiríamos na ideia que dá forma à semiótica da terceira fase: “A linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística.” (1995a, p. 97).

Foi em 1966 que Jacques Derrida apresentou o seu ensaio *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas* (2009) no Colóquio Internacional sobre Linguagens Críticas e Ciências do Homem, na Universidade Johns Hopkins. Ali, o filósofo desconstrói por dentro o estruturalismo submetendo-o às mesmas críticas que o próprio estruturalismo havia praticado. Para Derrida, o ato da desconstrução pretendia recolocar o estruturalismo na direção do jogo, talvez a mais adequada para os propósitos políticos que se insinuavam nos anos 60. Logo, o pós-estruturalismo se configura não apenas como aquilo que vem depois do estruturalismo, mas sobretudo como aquilo que o desconstrói por dentro.

É sob a influência de Derrida e da ideia de que a linguagem é antes um caso de política que de linguística (DELEUZE; GUATTARI, 1995a) que concebemos a terceira fase dos estudos semióticos: a fase crítica. Ciro Marcondes Filho, em *O escavador de silêncios* (2004), designa

como *semiologia crítica* o trabalho de autores como Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Michel Foucault – aos quais acrescentamos Bruno Latour, Alain Badiou, Antonio Negri e Félix Guattari –, herdeiros da tradição semiológica europeia e que realizaram criticamente o propósito saussureano de pensar o signo no seio da vida social, conferindo à semiose um caráter que supera a perspectiva antropomórfica da ‘vida social’ em direção a uma espécie de programação pós-humana da vida realizada materialmente tanto por agenciamentos coletivos de enunciação quanto por maquínicos do desejo.

Neste artigo, tomamos como pontos de partida procedentes à desconstrução que Derrida faz do estruturalismo em 1966 (DERRIDA, 2009) e o projeto que Deleuze e Guattari têm de pensar a linguagem antes como política que como linguística (1995a) para caracterizar a Semiótica Crítica em três aspectos: o das materialidades, o do acontecimento e o das micropolíticas.

2 Materialidades

As “materialidades da comunicação” são uma temática que remete às obras de Hans Ulrich Gumbrecht (1999, 2010), por um lado, e a Marshall McLuhan (1969a, 1969b), por outro – e aqui é retomada à luz da semiótica e de seus revisores pós-estruturalistas. Nessa perspectiva, o debate sobre as materialidades na comunicação considera: o materialismo histórico (Marx), a teoria literária (Gumbrecht), a teoria dos meios (McLuhan), a teoria dos signos (Peirce e as ideias de representâmen e de pensamento em signos), os fundamentos do estruturalismo (e o primado das relações materiais), além dos princípios da imanência, tanto a estrutural quanto a vitalista, proposta por Gilles Deleuze em *Imanência, uma vida* (2003). Ampliar, portanto, o conceito de materialidade à luz dos princípios da imanência é um dos desafios propostos para pensar desde a perspectiva da semiótica crítica.

No Brasil, o debate sobre as materialidades na comunicação foi intensamente retomado há alguns anos por Erick Felinto (2006), a partir da teoria literária, inspirado no trabalho de Gumbrecht, e por Irene Machado (2004, 2009), a partir de sua revisão crítica do pensamento de McLuhan. Os resultados dessas investigações, além das já tradicionais perspectivas marxista e estruturalista, são o ponto de partida para o que estamos propondo aqui. A questão é definir de que maneira a teoria semiótica contribui para que se pense contemporaneamente as materialidades na comunicação. Do ponto de vista diacrônico, já contribuiu ao definir os princípios da imanência, da estrutura, o primado das relações, as cadeias significantes, os es-

tratos da linguagem, a constituição do representâmen do signo. Debate este cujo desenvolvimento há mais de uma década ficou às margens das problemáticas preferenciais das teorias da comunicação. Ao retomá-lo, o desenvolvemos considerando as críticas elaboradas pelos pensadores pós-estruturalistas, que procuraram romper com a clausura estrutural da fase da semiótica dos modelos e das classificações para reconfigurar a constituição das materialidades para além das 'gramaticalidades'. É por esta razão que reivindicamos aqui a passagem dos estudos das materialidades propriamente ditas para o da imanência, tal como a define Gilles Deleuze (2003). A vantagem de tal passagem é a possibilidade de se tornarem pertinentes todas as questões relativas à criação e ao imprevisto sem que se precise recorrer a artifícios transcendentais. Criação e imprevisibilidade são, na perspectiva deste artigo, fatores essenciais para que se compreenda a ação comunicativa.

Do ponto de vista teórico, o deslocamento proposto por Deleuze em relação ao estruturalismo está na ideia de que a estrutura é mais que um possível cujas regras caberiam ao semiólogo descrever, ela é um virtual que atualiza tanto as regras estruturais do possível quanto os signos que se manifestam como textos. Haveria, portanto, materialidade na própria instância do jogo virtual que, ao diferenciar-se de si, produziria os atuais tanto na forma de um possível (as condições materiais para que algo ocorra) quanto na de suas textualizações (a forma como os signos verbais ou não-verbais se expressam).

Este é um deslocamento fundamental para a semiótica crítica que a permite operar também no nível mais fundamental da matéria que é a sua virtualidade pré-pessoal e pré-objetal. Reconhecemos aqui agenciamentos que desterritorializam e reterritorializam regras e textos cuja experimentação é sempre dependente do acontecimento que lhes dá consistência. Assim, fariam parte dos estudos semióticos todos os jogos tradutórios havidos entre formações de diferentes naturezas – as virtuais e as atuais.

Iuri Lotman, em *La Semiosfera* (1996) chamava a atenção para as relações entre cultura e não-cultura, afirmando advir da não-cultura o agenciamento da diferença radical que vai impor a transformação da própria cultura. Segundo Ronaldo Henn,

[...] este fenômeno produz contínuos processos de transformações, alguns de longa duração, outros mais impetuosos, já que as dinâmicas culturais não são homogêneas: há disputas de sentidos e, mais do que isso, há sentidos que se sobrepõem enquanto outros são expurgados. (HENN, 2006, p. 2).

O interessante de se pensar a partir de Lotman é que um dado sistema pode funcionar como cultura ou não-cultura a partir do agenciamento em que esteja inserido. Isto o conecta

irremediavelmente à perspectiva de uma semiótica crítica cuja função seria justamente descrever tais traduções. Tanto para Lotman, quanto para Deleuze, está na não-cultura, no primeiro, e no virtual, no segundo, a diferença criadora que faz os sistemas crescerem, proliferarem, ou mesmo se extinguirem.

Esta situação fatal da semiótica a coloca em uma espécie de entre – entre o virtual e o atual, entre a não-cultura e a cultura -, cuja constituição é também material. Logo, material não são apenas os meios e ambiências, mas também suas relações. Eis aqui se insinuando o conceito de imanência radical que opera os sentidos da vida de que fala Deleuze em seu último texto *Imanência, uma vida* (2003).

É, entretanto, evidente, que os estudos referentes ao materialismo histórico (Marx), à materialidade literária (Gumbrecht), à midiologia (Debray) e aos estudos da comunicação que consideram o meio a própria mensagem (McLuhan) são o ponto inicial da investigação semiótica sobre as materialidades. A estes, poderíamos ainda acrescentar as potencialidades e os limites do conceito de materialidades, à luz dos princípios da imanência; as potencialidades e os limites da adoção da perspectiva materialista para se pensar as práticas comunicativas; os princípios do estruturalismo - que tem no primado da relação sobre o ser sua principal característica - problematizados pela crítica pós-estruturalista; a estratificação da linguagem, especialmente as relações entre planos (de expressão e de conteúdo), entre matéria, forma e substância, entre agenciamentos (de enunciação e de desejo) e entre regimes de visibilidade e de dizibilidade; a constituição triádica do signo e o papel funcional do representâmen (primeiridade sêmica) e a função da semiosfera como expressão sistêmica.

Todos esses aspectos respondem à face sistêmica e atualizada da fronteira semiótica. Foi por ela analisada e interpretada à luz de modelos. O desafio que permanece para a semiótica crítica é o de, sem desconsiderar tais modelos, fazê-los jogar no espaço material (e imanente) das relações políticas que os fundam.

3 Acontecimento

O segundo aspecto a ser problematizado neste artigo – a comunicação como acontecimento – retoma a perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de Jacques Derrida e de Michel Foucault. Para os autores, permanece o desafio ainda insuficientemente respondido pela filosofia, pela psicologia e pela sociologia de se pensar o tempo presente (BADIOU, 1996), o paradoxo e o acontecimento que o instauram. Muito se avançou na compreensão dos objetos e das mensagens em si, dos sujeitos de enunciação e suas intencionalidades, das condições de

produção discursivas; mas pouco se avançou na compreensão do acontecimento em sua presentidade.

Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (1996) compreende o lugar do acontecimento como uma das quatro noções centrais para empreender uma análise discursiva, ao lado dos princípios da série, de regularidade e da condição de possibilidade (1996). Para o autor, o discurso pode ser pensado “como conjuntos de acontecimentos discursivos” (1996, p. 57). Com tais parâmetros se questiona sobre qual seria, enfim, o estatuto do acontecimento, do momento presente. À semelhança de Deleuze, afirma:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade do corpo; produz-se com o efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1996, p. 57).

O acontecimento é, portanto, um quase-corpo que só ‘acontece’ a partir dos corpos materiais e neles se efetua. Não é por si só uma materialidade. É produto do “choque entre corpos”, mas irreduzível às suas propriedades. O acontecimento é, assim, um incorporal, e uma “[...] filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um *materialismo do incorporal*.” (FOUCAULT, 1996, p. 58, grifo nosso).

Fica, então, mais clara a razão por que defendemos aqui a passagem das materialidades à imanência. Compreendemos a imanência como um conceito capaz de dar conta tanto dos corpos e suas materialidades substanciais quanto do acontecimento por eles produzido e neles efetuada. Uma semiótica crítica teria por objeto especialmente tais relações entre corpos e acontecimentos, por um lado; e entre linguagens e sentido, por outro, configurando aquilo a que Foucault denominou ‘materialismo do incorporal’.

Tal ‘materialismo do incorporal’ também é uma das investigações empreendidas por Deleuze em seu livro *Lógica do sentido* (2011). Ali, Deleuze primeiramente estuda as três dimensões da proposição: designação, manifestação e significação. A designação indica as coisas, refere-se a algo nomeando-o: “A intuição designadora exprime-se então sob a forma ‘é isto’, ‘não é isto’.” (DELEUZE, 2011, p. 13). A manifestação caracteriza-se pelo “quem diz”, a instância do “eu” que profere a proposição: “Trata-se da relação da proposição ao sujeito que fala e que se exprime. A manifestação se apresenta, pois, como o enunciado dos desejos e das crenças que correspondem à proposição.” (DELEUZE, 2011, p.14). Por fim, na significação

trata-se da relação da expressão “[...] com conceitos universais ou gerais, e das ligações sintáticas com implicações de conceito.” (DELEUZE, 2011, p. 15)

Na direção de um ‘materialismo do incorporal’, Deleuze ensina que há algo que escapa a essas três dimensões, que emerge como um efeito entre quem diz o quê, em qual circunstância e de que forma é significado. Esta instância que não se reduz a nenhuma das dimensões anteriores é o sentido, a quarta dimensão da proposição, segundo o filósofo. Para Deleuze, “o sentido é o expresso da proposição, este incorporal na superfície das coisas, entidade complexa e irreduzível, acontecimento puro que insiste ou subsiste na proposição.” (DELEUZE, 2011). Assim, o sentido está para a linguagem assim como o acontecimento está para os corpos. Logo, é o sentido que designa os acontecimentos. Um incorporal que emerge da proposição, mas é irreduzível a ela, um efeito próprio da linguagem. Afirma Deleuze (2011, p. 20),

A questão é a seguinte: há alguma coisa, aliquid, que não se confunde nem com a proposição ou os termos da proposição, nem com o objeto ou estado de coisas que ela designa, nem com o vivido, a representação ou a atividade mental daquele que se expressa na proposição, nem com os conceitos ou mesmo as essências significadas? O sentido, o expresso da proposição seria, pois, irreduzível seja aos estados de coisas individuais, às imagens particulares, às crenças pessoais e aos conceitos gerais e universais.

É sob tal perspectiva que se pode compreender aquilo que Deleuze e Guattari propõem em *Mil platôs vol. 2* (1995a): o estatuto ativo da linguagem. Para eles, a linguagem faz, não deixa de fazer. O sentido é o efeito incorpóreo produzido pelo enunciado sobre outros corpos, aquilo a que chamam de “atos imanentes à linguagem” (1995a, p. 19). Um homem passa a ser um condenado assim que sua sentença é proferida pelo juiz. O enunciado do juiz produz uma transformação naquele homem, que não se reduz nem ao seu corpo e nem à frase do juiz. É o agenciamento semiótico entre diferentes esferas da sociedade que impõe àquela proposição sua condição de efetuação (a própria nomeação do juiz é também um enunciado, e assim por diante). Essa transformação de acusado em condenado é o acontecimento, e cabe à semiótica crítica o estudo dessas passagens, dessas transformações (comunicacionais).

Parece-nos, assim, que uma abordagem semiótico-comunicacional da linguagem implica compreendê-la não ontologicamente, mas pragmaticamente. O estudo dos processos de efetuação de um enunciado (ou de sua não-efetuação, ou até mesmo de sua contra-efetuação) nos parece a posição que a semiótica crítica poderia ocupar. Como defendem Deleuze e Guattari, “a pragmática é uma política da língua” (1995a, p. 23), é um modo de saber como e por que alguns enunciados se sobrepõem a outros, os agenciamentos que os possibilitam, suas políticas.

Essa é a ideia chave para a configuração de uma semiótica crítica que se torna responsável por descrever uma espécie de lógica do sentido. No Brasil, Ciro Marcondes Filho, paradoxalmente um crítico da semiótica, chama a atenção para esta problemática em diferentes artigos relativos à nova teoria da comunicação. Aborda pontualmente o problema no livro *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* (2007) ao provocar de maneira radical os pesquisadores de teorias da comunicação a assumirem para si a responsabilidade de pensar este tempo presente, o tempo paradoxal do acontecimento, como objeto seu. Não é, afirma o autor, um objeto nem da sociologia, nem da psicologia, nem dos estudos das mídias, sequer das práticas de midiaticização, é um problema de comunicação em senso estrito. Parece-nos o objeto de uma semiótica crítica.

4 Micropolíticas

O terceiro aspecto a ser problematizado neste artigo diz respeito às micropolíticas da comunicação. Felix Guattari, em *A revolução molecular* (1981), realiza uma reflexão crítica acerca dos modos como, na tradição, se dissocia aquilo que é da ordem do sujeito individualizado (família, amor, etc) daquilo que é da ordem de grandes organizações (partidos, empresas, etc). Para o autor, nossa história teria produzido um corte entre o sujeito individual e o social, em que as pulsões de desejo ficaram circunscritas à sua atuação em espaços privados. Ao contrário desta perspectiva, Guattari defende a tese de que as relações mantidas no espaço privado, suas pulsões inconscientes, são necessariamente refletidas no social, e vice-versa. Ou seja, a participação de uma organização hierarquizada, como um partido, por exemplo, irá se refletir nos modos de relação com a família. Ou um tipo de relação pessoal desterritorializada irá necessariamente forçar desterritorializações também nas organizações mais fixas e institucionalizadas. Não há, portanto, uma diferença ontológica entre o que se compreende como Macropolítica (das instituições) e uma Micropolítica (do privado). Como diz Guattari,

[...] ao contrário, há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). (...) O problema, portanto, não é de construir pontes entre campos já constituídos e separados uns dos outros, mas de criar novas máquinas teóricas e práticas, capazes de varrer as estratificações anteriores e estabelecer as condições para um novo exercício do desejo (1981, p. 174).

A constituição de novas máquinas teóricas, como proposta por Guattari, atravessa a nossa concepção do que possa ser uma semiótica crítica. As noções de agenciamento coletivo

de enunciação e maquínico do desejo tornam-se centrais aqui, pois cada agenciamento coletivo de enunciação pressupõe a existência de um modo de expressão correlato, que articula em diferentes enunciados o seu modo de efetuação; e cada agenciamento do desejo articula corpos que, em face do acontecimento, se transformam. Sob os dois agenciamentos, uma máquina abstrata cujas regras de funcionamento caberia à semiótica crítica descrever. Chamamos aqui a atenção para a ideia absolutamente fundamental de que esta máquina abstrata não preexiste aos agenciamentos que realiza; ao contrário, ela só é possível materialmente em função desses próprios agenciamentos. Eis um dos sentidos da pragmática aqui defendida.

Para os autores, são imanentes ao enunciado os diferentes estratos que compõem um dado campo social. Por isso, uma abordagem semiótica micropolítica se torna necessária, pois ela leva em conta não apenas as questões linguísticas em si, mas a própria constituição política que possibilita a sua emergência, além dos fluxos que contribuem para sua efetuação. Entra no jogo simultaneamente o social e o individual, pois ambos estão no cerne da constituição do agenciamento. Guattari (1981, p. 178) afirma a respeito dos agenciamentos:

Aqui, tudo pode participar da enunciação, tanto indivíduos quanto zonas do corpo, trajetórias semióticas ou máquinas ligadas em todas as direções. O agenciamento coletivo de enunciação une os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais, muito aquém da retomada que pode fazer dele um corpus linguístico ou uma metalinguagem teórica.

É sob tal perspectiva que Deleuze e Guattari (1995b) afirmam a indissociabilidade da macro e da micropolítica de seus agenciamentos semióticos moleculares e molares. O molecular seria a instância mais instável, desterritorializada, de um dado enunciado, aquilo que é da ordem do desejo ou do acontecimento puro. Já o molar seria da ordem da institucionalização, da reterritorialização. Entretanto, é importante salientar: esse par não é binário ou de oposição, tal como pensado na tradição dos modelos dicotômicos. Molar e molecular, ao contrário, estabelecem entre si uma diferença ontológica e se sobrepõem continuamente um ao outro na semiose. Como exposto em *Mil Platôs*,

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós - mas sempre uma pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 82).

Cabe, portanto, à semiótica crítica identificar os agenciamentos em sua relação com instâncias de molaridade e molecularidade e compreender o modo como operam politicamente. A instância do molecular, por ser a mais instável, é a mais desterritorializada e por isso passível de gerar transformação. Nem por isso, entretanto, deve-se compreender o molecular (ou o desterritorializado) como um correlato de uma “boa” mudança, ou da criação artística. A arte pode ser um modo de expressão desterritorializado e é um espaço privilegiado para tanto. Mas o fascismo também tem sua origem em um pico de desterritorialização, molecular, que irá se reterritorializar em uma instância institucional molar. É preciso compreender que o molecular é o espaço da instabilidade e da mudança, que pode se reterritorializar tanto como obra de arte quanto como monstruosidade. A reterritorialização depende sempre dos agenciamentos políticos, objetos de estudo de uma semiótica crítica. Como dizem Deleuze e Guattari,

A tarefa do historiador [diríamos nós, do semiólogo] é assinalar o “período” de coexistência ou de simultaneidade dos dois movimentos (de um lado, descodificação - desterritorialização e, de outro, sobrecodificação - reterritorialização). E é nesse período que se distingue o aspecto molecular do aspecto molar: de um lado as massas ou fluxos, com suas mutações, seus quanta de desterritorialização, suas conexões, suas precipitações; de outro lado, as classes ou segmentos, com sua organização binária, sua ressonância, sua conjunção ou acumulação, sua linha de sobrecodificação em proveito de uma delas (1995b, p. 92-93).

Assim, a semiótica crítica teria por desafio pensar a linguagem antes como uma questão de política que de linguística; especificamente porque ao descrever a máquina abstrata que engendra (e é engendrada por) agenciamentos maquínicos do desejo e coletivos de enunciação, no eixo sintagmático, e processos de desterritorialização e de reterritorialização, no eixo paradigmático, ela propõe um deslocamento da substância em direção à matéria e da forma em direção à força. Matéria e força, que foram relegadas pela semiótica da segunda fase, retornam na semiótica crítica como desafios para que se pense a linguagem do tempo presente e suas ações micropolíticas.

5 Considerações

Por fim, ainda que há muitos anos o campo da comunicação debata materialidade, acontecimento e micropolíticas, este artigo procura dar respostas semióticas para tais questões e ao tentar reconhecer como próprio da semiótica aquilo que, desde os anos sessenta com a apresentação do clássico texto de Jacques Derrida, de 1966, *A estrutura, o signo e o jogo no*

discurso das ciências humanas (2009), permaneceu às margens da semiótica. Ora, o movimento desconstrucionista – e esta é uma das teses aqui colocada em debate – parece nos ensinar que hoje, diferentemente dos anos sessenta, há uma semiótica praticada nas margens e que mereceria estar no centro. Trata-se da inversão da inversão proposta por Derrida em 1966. Foi Ciro Marcondes Filho (2004) o primeiro a identificar no pensamento de Deleuze, Derrida e Foucault uma espécie de semiologia crítica. Este artigo quis refletir criticamente sobre tal proposição, com a vontade de demonstrar que, reformulada, a semiótica permanece, ao contrário do que pensa Marcondes Filho (2012, 2013)², uma epistemologia em movimento contínuo de autogeração, aberta a críticas que a fizeram diferenciar-se de si para responder às questões postas aos problemas da linguagem e da comunicação no tempo presente.

Referências

- BADIOU, Alain. **O ser e o evento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Deux régimes de fous**. Paris: Minuit, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo: Editora 34, 1995a. v. 2
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo: Editora 34, 1995b. v. 3
- DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FELINTO, Erick. **Passeando no labirinto: ensaios sobre as tecnologias e as materialidades da comunicação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GUATTARI, Félix. **A revolução molecular: as pulsações do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação. **Cadernos do Mestrado/Literatura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 137-153, 1999.
- GUMBRECHT, Hans. **Produção de presença**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2010.

² A referência aqui é aos dois artigos publicados por Ciro Marcondes Filho na Revista Galáxia: *Esquecer Peirce? Dificuldades de uma teoria da comunicação que se apoia no modelo lógico e na religião*, partes I e II (2012; 2013).

HENN, Ronaldo. Jornalismo como configurador da memória midiaticizada. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 4, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I**: semiótica de la cultura y del texto. Valência: Frónesis Cátedra, 1996.

MACHADO, Irene. Ah, se não fosse McLuhan! In: CAMELA, Elaine et al. (Org.). **Mídias**: multiplicação e convergências. São Paulo: SENAC, 2009.

MACHADO, Irene. Mídias como expansão dos códigos culturais: a história da cultura segundo McLuhan. **Contracampo**, Niterói, v. 10/11, p. 45-56, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** São Paulo: Paulus, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. Esquecer Peirce? Dificuldades de uma teoria da comunicação que se apoia no modelo lógico e na religião. **Galáxia**, São Paulo, v. 24, p. 22-32, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. Esquecer Peirce? Dificuldades de uma teoria da comunicação que se apoia no modelo lógico e na religião. **Galáxia**, São Paulo, v. 25, p. 38-51, 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios**: formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação. São Paulo: Paulus, 2004.

MCLUHAN, Marshall. **O meio é a mensagem**. Rio de Janeiro: Record, 1969a.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969b.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

Critical semiotics: materialities, event and micropolitics

Abstract

Critical semiotics: materialities, event and micropolitics's main goal is to discuss the thesis that states that language is prior a political matter than a linguistics one. Firstly, it characterizes three stages of the development of semiotics through de 20th century: the discovery phase; the models and classifications phase; and the poststructuralist critique phase. Secondly, inside this poststructuralist approach, it characterizes three strands that subsidize the critical semiotics project: materialities, event and micropolitics. With these matters problematized, this paper seeks to demonstrate how, reshaped, semiotics still stands as a moving epistemology able to self-generate an openness to critique, making it self-differentiate in order to answer questions proposed by language and communications matters in the present time.

Keywords

Critical semiotics. Materialities. Event. Micropolitics. Post-structuralism.

Recebido em: 28/08/2015

Aceito em 03/11/2015

Copyright (c) 2015 Alexandre Rocha da Silva, André Corrêa da Silva de Araujo. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

